

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA NOS CURSOS DE LICENCIATURAS DA UFRPE.

Elida Roberta Soares de Santana – UFRPE/FUNDAJ-
elida.mulhernegra@gmail.com

Bruna Tarcília Ferraz – UFRPE/FUNDAJ-
btf1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto trata-se de um recorte de pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades-UFRPE/FUNDAJ. Tal pesquisa tem como pretensão discutir a “Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino superior. Nosso lócus de pesquisa, trata-se da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, universidade federal pioneira no Brasil a implementar a discussão das relações étnico-raciais como componente obrigatório nos seus cursos de licenciaturas, através da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais. Para o presente trabalho, tivemos como objetivo situar alguns desafios no processo de implementação da disciplina obrigatória “Educação das relações étnico-raciais” nos cursos de licenciatura desta instituição

Ter a discussão das relações étnico-raciais nos currículos educacionais constitui-se, ao longo da história, reivindicação do Movimento Social Negro. O mesmo sempre defendeu a educação como o principal caminho para que a nossa sociedade tenha uma estrutura mais igualitária e livre do racismo. Assim, ao longo dos anos e com muita luta, o Movimento Social Negro vem colhendo frutos. Um dos principais importantes marcos desse processo, é quando o Brasil se torna signatário da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, sediada na África do Sul em 2001. Na ocasião, o governo brasileiro se posicionou favorável à adoção de políticas públicas que viessem a contemplar parcelas da sociedade historicamente discriminadas, como é o caso da população negra brasileira.

Assim, se inicia a efetivação de políticas concretas, como a Lei 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1996), acrescentando a história e cultura afro-brasileira e africana. Outro marco importante são as reservas de vagas em universidades federais, para estudantes oriundos de escolas públicas e que se

autodeclararam negros/as e ou indígenas. Enfatizamos ainda que em 2008, a Lei 10.639/03, é alterada para a Lei 11.645/08, que ainda acrescenta as especificidades de reivindicações do Movimento indígena. No entanto, no presente trabalho, tivemos como foco de reflexão a Lei 10.639/2003, e seus desafios na educação superior.

EFETIVANDO A LEI 10639/03

Gomes (2010) destaca em seus estudos, que as demandas do movimento negro passam a afirmar o lugar da educação básica e superior como um direito social e, nesse sentido, como direito à diversidade étnico-racial. Nesse contexto, a universidade assume responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais previsto nas Diretrizes Nacionais, exigindo mudanças profundas nas instituições de ensino superior. Sem dúvida, a construção de competências legítimas, no quadro de uma sociedade excludente, racista e discriminatória, inclui experiências de ruptura com o modelo tradicional de universidade (PASSOS e RODRIGUES 2015).

Além disso, para que de fato se concretize essa mudança, segundo Passos (2014), é preciso investir no processo de formação docente, na perspectiva de se constituírem espaços democráticos de produção e divulgação de conhecimentos, que rompam com as bases do pensamento pedagógico clássico, que historicamente tem se pautado pelo silenciamento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana (p.176).

Nesse processo, compreendemos a necessidade de articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa e também, a inclusão da discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular dos cursos de graduação. Importante é destacar também, que essa demanda de discussão, passa a permear os processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes do ensino superior.

O Parecer CNE/CP 03/2004 que regulamenta as Diretrizes Curriculares para educação das relações étnico raciais e para história e cultura afro-brasileira, estabelece que as instituições de ensino superior devem providenciar a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais em seus currículos. Nesse contexto, podemos dizer que nos cursos de licenciaturas, passa a se delinear uma perspectiva de docência constituída por matizes que tomam a temática étnico-racial como um eixo importante.

Desse modo, vemos que uma educação antirracista, apresenta-se como demanda para as instituições de ensino, no sentido viabilizar ações, que segundo Gomes (2010), devem combater a discriminação do negro nos livros didáticos, viabilizar a inserção da temática racial e da História da África nos currículos, e combater o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola.

Para tanto, precisamos empreender questionamentos à política educacional, no sentido de desencadear o debate em instâncias como o Ministério da Educação, por exemplo, com gestores dos sistemas de ensino e escolas públicas, sobre o papel dessas e outras instâncias na superação do racismo na escola e na sociedade. De acordo com Passos (2014), a própria criação da lei 10.639/03 e de documentos que regulamentam e orientam sua implementação, surge com o objetivo de potencializar a efetivação da educação das relações étnico-raciais em todo o sistema educacional.

Do ponto de vista metodológico, realizamos no presente trabalho entrevistas com 2 professores ministrantes das disciplinas e duas pró-reitoras de Ensino e Graduação, além de um professor, coordenador do fórum de licenciaturas da UFRPE. Segundo Minayo (2016), a técnica de entrevista é uma conversa “que combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p. 59). Para realização das análises dos dados coletados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, pois segundo Romeu Gomes (2016), uma das funções da técnica de análise de conteúdo é “[...] caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (p.76).

A partir dos dados coletados e analisados, situamos alguns desafios para a implementação da disciplina educação para as relações étnico-raciais nos cursos de licenciaturas da UFRPE. São eles: a reformulação dos projetos pedagógicos; conseguir concurso para professor para ministrar essas disciplinas que são obrigatórias; a própria realização da disciplina, uma vez que alguns alunos resistem aos temas tratados; a dificuldade de se promover pesquisa, ensino e extensão; a perspectiva disciplinar de tratar as questões da disciplina, já que a dinâmica do pensamento negro não é disciplinar, e sim transdisciplinar.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, podemos concluir, que ao mesmo tempo, que existem desafios delimitados pela instituição educativa, em diferentes instâncias, existem possibilidades de atuação. Os desafios vêm se dando, seja do ponto de vista da gestão na universidade, ou da prática pedagógica dos professores. Contudo, a própria demanda de trabalho colocada a partir da implementação da disciplina, vem induzindo a universidade e toda a comunidade escolar a pensar estratégias de enfrentamento da discussão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei 10.639** de 09 de janeiro de 2003.

_____. **Lei 11.645** de 19 de março de 2008.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. 2010. Disponível em:<<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>> acessado em 04/11/17

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In:MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). O desafio da pesquisa social INN: _____(org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2016.

PASSOS, Joana Célia dos. As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados. **POIÉSIS-Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**. UNISUL, Tubarão, v.8, n.13, p.172-188, jan/jun 2014.

PASSOS, Joana Célia dos; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **A política curricular para a educação das relações étnico-raciais e as ações afirmativas no ensino**

superior. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. 2015. Visualizado em 09/11/17
<<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt21-4021.pdf>>.